

O efeito-Foucault na historiografia brasileira

MARGARETH RAGO

RESUMO: O artigo investiga as transformações nas concepções do que é história e, portanto, nas formas de estudá-la, após as proposições conceituais elaboradas por Foucault. A mudança do foco da análise dos fatos e eventos para as bases epistemológicas das formas de discurso que os conceberam enquanto tais, fará com que o historiador busque compreender os campos de relações de força nos quais se constituem os jogos de poder, e não mais se deter em uma suposta *verdade* documental.

UNITERMOS:

história,
história documental,
história nova,
descontinuidade,
subjetivação.

Pensar diferentemente a História

Foucault *revolucionava a História*. Com esta frase polêmica e instigante, Veyne chamou a atenção dos historiadores para um movimento conceitual em curso desde os anos sessenta e para o qual ainda não havíamos tido olhares muito favoráveis (cf. Veyne, 1982). Éramos, assim, atingidos por vários lados: de um lado, este historiador-filósofo questionava uma rápida apropriação daquilo que, em Foucault, podia servir diretamente à produção historiográfica recente, a exemplo do conceito de poder disciplinar, excelente para pensarem-se as formas da dominação no cotidiano da vida social; de outro, forçava-nos a refletir sobre a abrangência do pensamento daquele filósofo, pensamento que excedia em muito nossas desatentas miradas.

Foi assim que, partindo de uma irrecusável apreciação de *Vigiar e punir*, trabalho histórico por excelência, publicado em 1976, caminhamos, nós historiadores, em busca da produção anterior de Foucault, em especial da *História da loucura*, de *As palavras e as coisas* e de *A arqueologia do saber*,

Professora do Departamento de História do IFCH-UNICAMP

procurando entender o que nos havia passado tão despercebido e que, no entanto, levava uma autoridade da historiografia francesa a elevar, em alto e bom tom, sua importância (cf. Foucault, 1977, 1978, 1981 e 1986a).

Indubitavelmente presos a um sistema de pensamento que nos havia organizado tão adequadamente o mundo, ao longo das décadas de 60 e 70, localizando de um lado, as classes sociais e os seus conflitos nas inúmeras formas assumidas pelas relações sócio-econômicas, vigentes no modo de produção dominante no interior de nossa formação social; e de outro, munindo-nos com as intrincadas tarefas teóricas da “síntese das múltiplas determinações”, havíamos esquecido de ler, no próprio Marx, que o passado pesa e oprime “como um pesadelo o cérebro dos vivos” e que, sobretudo enquanto historiadores, deveríamos compreender o momento do acerto de contas e “alegremente” despedirmo-nos do passado (Marx, 1974, p. 335; 1977a, p. 5).

De uma certa maneira, quanto mais a modernidade desmanchava no ar tudo o que estava mais ou menos sólido, tanto mais nos agarrávamos à necessidade de organizar o passado, arrumando todos os eventos e os seus detalhes na totalidade enriquecida, embora pré-estabelecida. Trata(va)-se então, para o historiador, de compreender o passado, recuperando sua necessidade interna, recontando ordenadamente os fatos numa temporalidade sequencial ou dialética, que facilitaria para todos a compreensão do presente e a visualização de futuros possíveis.

O desconcerto provocado por Foucault veio por vários lados. Canguilhem chamou a atenção para o impacto provocado pelo surgimento da *História da loucura*, em 1960, quando nos meios acadêmicos franceses havia espaço para, quando muito, se pensar uma História da Razão, da Psiquiatria. Mas, da loucura? Teria ela uma história? (cf. Canguilhem, 1986, p. 37-40). Ademais, este filósofo irreverente, que aliás nem era historiador, cometera outro sacrilégio, outra irreverência, ao ir buscar no final do século 18, onde todos celebravam a conquista da liberdade e dos ideais democráticos durante a Revolução Francesa, nada menos do que a *invenção da prisão* e das modernas tecnologias da dominação. Enquanto todos os olhares convergiam para a centralidade da temática da Revolução, Foucault deslocava o foco para as margens e detonava com a exposição dos avessos. A prisão nascia, assim, não de um progresso em nossa humanização, ao deixarmos a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de uma sofisticação nas formas da dominação e do exercício da violência.

Afinal, o que queria aquele filósofo que anunciava que “a história dos historiadores” erroneamente havia-se preocupado em compreender o passado, e que na verdade tratava-se de “cortar” e não de compreender?

“É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos”, dizia ele. “Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela

reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 1979, p. 27).

Que possibilidades restavam para os historiadores quando o passado passava a se reduzir a discursos, os documentos a monumentos, a temporalidade se dissolvia e os objetos históricos tradicionais já não se sustentavam com tanta obviedade quanto antes? E o que fazer com os sujeitos, com as classes sociais e principalmente com a classe operária, aliás, responsável pelo conflituado mas seguro curso da história em direção ao prometido “reino da liberdade”, ou com os sujeitos históricos que, nos anos 80, comprometiam-se com a luta pelos direitos de cidadania, como os negros, as mulheres, os homossexuais? Como ficava, então, a tarefa do historiador, comprometido, sobretudo desde os anos 60, com as tarefas da revolução e com a revelação da missão histórica do proletariado, ou na década de 80, envolvido com as lutas pela redemocratização do país e pela construção das identidades sociais?

Para aumentar nosso espanto, aqui no Brasil, um filósofo e, em seguida, um psiquiatra publicavam dois excelentes trabalhos de História sobre o período colonial, trazendo à tona muitas histórias das quais mal tínhamos ouvido falar. Refiro-me ao pioneiro *Danação da norma*, de Roberto Machado e outros e ao estudo de Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, respectivamente publicados em 1978 e 1979. Sem sombra de dúvida, estes trabalhos provocaram nos historiadores um sentimento misto de estranhamento pela enorme novidade teórica da análise, e de perplexidade, pois afinal haviam sido produzidos fora da comunidade dos historiadores.

Em suma, de um minuto para o outro, todas as nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças haviam sido radicalmente abaladas por uma teoria que deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando radicalmente seus próprios instrumentos de trabalho e modos de operação. O efeito de tão avassaladora crítica provocou reações diferenciadas: de um lado, levou alguns a se refugiarem na garantia da existência da “realidade objetiva” e na atuação transformadora dos sujeitos históricos, buscando respaldo na revitalização do marxismo, em curso no período. Lembremos que, nesse momento, E. P. Thompson estourava nas paradas de sucesso historiográfico, abrindo novas perspectivas para a “história social”, traduzido e difundido por todo o mundo (cf. Thompson, 1987e; Decca, 1981). Outros procuraram, mais ou menos timidamente, acercarem-se das concepções de Foucault, tentando entender de onde vinham e para onde apontavam. Confusamente mesclavam as discussões sobre a positividade do poder com a realidade das classes sociais e a constituição dos sujeitos históricos¹.

De qualquer maneira, de um lado ou de outro, os historiadores não puderam passar incólumes ao “furacão Foucault” e, assim como até mesmo

¹ Para um balanço sobre a produção historiográfica brasileira de inspiração foucaultiana, veja-se Rago (1993, p. 22-32).

os anti-marxistas tiveram em algum momento de suas vidas de incorporar conceitos como classes sociais, infra-estrutura sócio-econômica e relações sociais de produção, os historiadores anti-foucaultianos não puderam prescindir das noções de discurso, poder disciplinar, genealogia e sobretudo da contundente crítica à idéia da transparência da linguagem. Além do mais, crescia, também nesse meio, através de caminhos diferenciados, a redescoberta do simbólico, do subjetivo, do cultural, nas análises históricas, cada vez mais próximas da Antropologia Histórica. Já desde o final dos anos 60, e reagindo de certo modo à influência de Fernand Braudel, a *Nouvelle Histoire* retomava a história das mentalidades e das sensibilidades na trilha aberta por March Bloch e Lucien Febvre e revitalizada por Philippe Ariès com a *História social da criança e da família*, de 1960. Como propunha Jacques Le Goff, invertia o caminho indo do “porão ao sótão”, isto é, privilegiando a superestrutura cultural em relação à base econômica (cf. Ariès, 1981; Le Goff, 1990). Cada vez mais, as discussões sobre o aspecto interpretativo da história passavam a ocupar o horizonte dos historiadores.

É bom lembrar que Foucault não se pretendeu historiador, embora poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele. Afinal, muito antes do sucesso da “história cultural”, o filósofo insistia na idéia nietzscheana de que “tudo é histórico”, e portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador. Além do mais, se não podemos afirmar que objetos como loucura, prisão, instituições disciplinares, corpo e sexualidade ganharam visibilidade histórica apenas a partir de seus trabalhos, não há como negar a importância de um autor que, em pleno apogeu da classe operária, dos temas da Revolução e da *Social History*, de filiação marxista, deslocava o foco para as “minorias”, para as margens e para os *Annales*. Pensemos nos inúmeros desdobramentos das produções acadêmicas suscitadas desde então em função das problematizações foucaultianas, não apenas no Brasil. Fundamentalmente, Foucault projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia - seja por serem considerados como “perfumarias” remetendo à superfície da superestrutura, seja simplesmente por nem sequer serem percebidos como capazes de serem historicizados - e criou expressões capazes de traduzi-los e pensá-los. É verdade que muitos destes campos e temas históricos também foram projetados por outras correntes históricas, a exemplo do conceito de cotidiano, mas não há como negar a importância que ganharam a partir dos procedimentos teóricos e metodológicos praticados por ele, a exemplo da noção da positividade do poder.

O próprio Foucault se filiou aos *Annales* e, apesar das diferenças em relação a vários procedimentos desta escola, defendeu uma *história-problema*, ou seja, um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador, e que desenharia no percurso aberto o próprio objeto da investigação (cf. Foucault, 1986a, Introdução). É conhecido seu debate com o historiador Jacques Léonard, em

que distinguiu dois modos de se fazer a História: o primeiro, o modo dos “historiadores”, consistia em atribuir-se um objeto e tentar resolver sucessivamente os problemas que este colocava; o segundo, o que ele preferia, partia de um problema e procurava determinar a partir dele o âmbito do objeto que seria necessário percorrer para resolvê-lo (Perrot (org.), 1978).

Além disso, prestando uma homenagem a esta consagrada escola histórica, Foucault defendia, na Introdução de *A arqueologia do saber*, uma postura historiográfica preocupada não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso.

“Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (Foucault, 1986a, p. 7).

Os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais. A determinação avançava sobre as possibilidades da ação e afastava-se assim de uma concepção humanista e antropológica dinamizada pela busca da Revolução.

Na verdade, se voltarmos a este livro tão definitivo e radical em suas proposições, encontraremos o esclarecimento do próprio autor acerca de sua posição e de suas relações com a renomada Escola dos *Annales* e com a Nova História. Aí Foucault apresenta uma avaliação das conseqüências provocadas para a História pelas mudanças epistemológicas promovidas por esta vertente historiográfica, que retomaremos no decorrer deste texto.

Por enquanto, gostaria de lembrar que a Escola dos *Annales* nasce em 1929, como uma reação à história triunfalista e *événementielle*, das guerras e batalhas, privilegiadamente política e cronológica da Escola Metódica, que, segundo Marc Bloch e Lucien Febvre, não percebia o acontecimento na multiplicidade dos tempos históricos, nem como dimensão superficial de um iceberg profundo. As posições radicais desses historiadores já se havia manifestado na *Revue de synthèse historique*, onde colaboraram, e que fora lançada em 1900, por Henri Berr, o qual, aliás, não era historiador, mas filósofo e professor de literatura. Inspirado por Durkheim, Berr defendia uma *história-síntese*, capaz de trabalhar cientificamente com todas as dimensões da realidade, do econômico às mentalidades. Assim, inicialmente inspirados pela sociologia durkheimiana e, em seguida, pelos primeiros estudos estruturalistas de Ferdinand Saussure sobre a língua e os trabalhos de Lévy-Strauss sobre as relações sociais e a estrutura social, os historiadores do grupo dos *Annales* se

preocuparam com as estruturas e os diferentes ritmos e temporalidades dos fenômenos históricos, privilegiando as longas permanências mentais, sociais, geográficas, etc., que Braudel identificaria posteriormente como *la longue durée*, ou seja, a longa duração, em detrimento das mudanças sociais².

A partir destas breves colocações, seríamos tentados a identificá-los ou então a aproximá-los ao marxismo. É bom notar, portanto, que se de um lado não podemos identificá-lo com este sistema de pensamento ou reconhecer em suas análises a teoria marxista da sociedade, de outro devemos destacar a grande receptividade que vários historiadores do grupo e da Nova História manifestaram em relação a Marx. Se não podemos definir os *Annales* e a Nova História como marxistas, também não podemos taxá-los de anti-marxistas, esquecendo que vários historiadores, a exemplo de Pierre Vilar e Michel Vovelle, preocuparam-se em declarar suas adesões teóricas e políticas e discutir as implicações teóricas de tais incorporações.

Retornando a Foucault, não há dúvida de que, para os historiadores, seu maior impacto advém da maneira pela qual interroga a história mais do que dos temas que focaliza. Embora os historiadores tenham visto em Foucault o historiador das instituições disciplinares ou da “sociedade carcerária” e aí cobrarem a voz dos vencidos, o que Veyne destaca como a revolução epistemológica por ele realizada vai muito além. Seduzidos pelas instigantes posições formuladas pelo grupo de historiadores ingleses e americanos ligados à *Social History*, os historiadores ficaram perplexos com um tipo de pensamento que se recusava a partir dos sujeitos e da sociedade para construir sua interpretação histórica e que, aliás, colocava sua própria existência em dúvida. Tratava-se, pois, de uma nova maneira de *problematizar a História*, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador. Não uma discussão sobre a narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico. Ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto “realidade objetiva” tanto para os marxistas quanto para os não-marxistas, para explicar as práticas políticas, econômicas, sociais, sexuais, artísticas de determinados grupos sociais, propunha-se, então, pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento.

Veyne chamou nossa atenção para a “revolução” produzida pelo filósofo na historiografia: especialmente desde o marxismo, aprendêramos a enxergar a História como *práxis* e como *consciência*. Inúmeras vezes repetimos os ensinamentos de Marx de que “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, e sim nas condições herdadas pelo passado”. Aliás, para a geração 68, a principal motivação para o estudo da História estava centrada no desejo de transformação social, numa emocionada aposta na Revolução. A história confundia-se então com ação revolucionária.

Ora, Foucault questionou este pressuposto e afirmou que a História

² Sobre a história dos *Annales* e da Nova História, vejam-se Dosse (1992) e Burke (1993).

não é mais do que um discurso, discurso este que também precisava ser psicanalisado e “descrito em sua dispersão”. Este filósofo desorganizava, assim, não apenas o passado, que imaginávamos pronto para ser detectado e trazido à tona, graças às ferramentas do materialismo histórico e dialético, como a própria tarefa do historiador, que repentinamente se flagrou capturado em insidiosas armadilhas. Veyne mostrou, nesta direção, que a história é uma forma cultural, através da qual os homens na contemporaneidade se relacionam com seus eventos e com o passado. Uma forma de conhecimento, uma escrita e não ação.

Assim, caberia ao historiador construir a trama correspondente ao acontecimento. No caso de um acontecimento da moda, que nos situasse nesse campo; se um evento político, seria necessário nos apresentar governantes e súditos. O que seria importante destacar no passado dependeria da construção da *trama*, da mesma forma que as causas atribuídas na origem do evento se definiriam em função da construção desta mesma trama. Portanto, os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados pelo historiador bem munido. Um evento só ganha historicidade na trama em que o historiador concatená-lo, e esta operação só poderá ser feita através de conceitos também eles históricos.

Ora, repentinamente, o chão dos historiadores desabou, pois já não contávamos nem com um passado organizado, esperando para ser “desvelado”, nem com objetos prontos, cujas formas poderiam ser reconhecidas ao longo do tempo, nem com sujeitos determinados, nem tampouco com o fio da continuidade que nos permitia pensar de uma maneira mais sofisticada em termos de processos históricos e sociais. E, ao invés de partirmos em busca da síntese e da totalidade, deveríamos aprender a desamarrar o pacote e mostrar como fora constituído, efetuando a “descrição da dispersão”.

Parece-me que esta proposta, recentemente identificada por uma historiadora norte-americana como *A história cultural de Michel Foucault*, não foi bem aceita por uma quantidade razoável de historiadores brasileiros, nem se promoveram debates que pudessem esclarecer os mais preocupados com a definição de posições em relação a estes chamados (cf. O'Brien, 1992). Numa atitude muito mais defensiva, poucos historiadores preferiram manter “Foucault vivo”, negando-se a “esquecer Foucault” (cf. Tronca, 1986; Baudrillard, 1984).

Como ficamos, então, onze anos depois de sua morte? Proponho que retomemos brevemente algumas das principais questões colocadas à historiografia pela profunda crítica à modernidade presente em Foucault. Valeria lembrar ainda com Habermas, que a destruição das relações dialógicas não se encontra apenas nas formas de individualização instauradas na modernidade, mas no próprio modo de operação nas ciências humanas, onde o olhar do pesquisador se confunde com o olhar do *panóptico*, transformando os sujeitos em objetos isolados, dessubjetivizando-os³.

³ “*Le regard objectivant et examinateur, ce regard qui décompose analytiquement, qui contrôle et perce tout, acquiert pour ces établissements une force structurante; c’est le regard du sujet rationnel qui a perdu tout contact simplement intuitif avec son environnement, qui a rompu tous les ponts avec la compréhension, et pour qui, dans son isolement monologique, les autres sujets ne sont accessibles que dans la position d’objets perçus à travers une observation passive. Ce regard, dans le panoptique conçu par Bentham, est pour ainsi dire architectoniquement figé*” (Habermas, 1986, p. 76).

A produção do conhecimento histórico

A crítica foucaultiana da ciência e da noção de verdade atingiu radicalmente a própria produção do conhecimento histórico, produção esta assentada em convicções fundamentalmente humanistas. Esta questão pode ser melhor esclarecida, se destacarmos alguns momentos estratégicos de sua problematização: a crítica ao essencialismo, a desnaturalização do objeto, o privilegiamento do descontínuo e a proposta de história genealógica.

1. a crítica ao essencialismo

Já sabemos que Foucault questiona o conceito de verdade com que operamos e, portanto, a própria ciência se verá visada como discurso objetivo sobre o real. Ele questionará fundamentalmente nossa representação da produção do conhecimento e da verdade, desacreditando a idéia que temos sobre a revelação da coisa através do conceito. Entendemos, na maioria das vezes, que a produção do conhecimento se faz por uma suposta coincidência entre o conceito e a coisa, entre a interpretação e o fato, como um “desvendamento” do “ideológico”, na linguagem marxista, ou como uma retirada dos véus da ilusão sobre a realidade objetiva. Em outras palavras, conhecer significava encontrar a essência da época, do passado, da coisa, ultrapassando os enganosos véus da aparência para alcançar o “concreto pensado” e realizar a “síntese das múltiplas determinações”⁴.

Para o historiador, conhecer seria revelar o objeto, atravessar a espessura dos discursos para encontrar o que permaneceria silenciosamente aquém dele, chegar às coisas, “interpretar o discurso para fazer através dele uma história do referente”(Foucault, p. 8, 1986a). O discurso, portanto, não é aqui pensado como signo, elemento significante que remeteria a conteúdos ou a representações, como se fosse “expressão do real”.

Numa referência a Nietzsche, Foucault afirmará que as coisas estão na superfície, e que atrás de uma máscara há outra máscara e não essências. Nesse sentido, o filósofo propõe um deslocamento fundamental para o procedimento histórico, propondo que se parta das práticas para os objetos e não o inverso, como fazíamos. Não mais partir do objeto sexualidade, por exemplo, para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica. Em outras palavras, o ponto de partida se torna agora terminal. E nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização.

2. o caleidoscópio

Trabalhar com produções culturais e não com objetos naturais na perspectiva foucaultiana significou repensar radicalmente os procedimentos historiográficos, já que se tratava não mais de buscar as formas de manifesta-

4 “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (Marx, 1977, p. 218).

ção de um fenômeno ao longo da história, de partir do objeto ou do sujeito plenamente constituído, para ver como havia se manifestado em diferentes formações sociais. A questão que se colocava agora era a de perceber de que maneira as *práticas* discursivas e as não-discursivas, as redes de poder constituem determinadas configurações culturais e históricas que resultam na produção de determinados objetos e de determinadas figuras sociais. Uma forma caleidoscópica, alertava Veyne, ao contrário da conhecida seqüência temporal:

“Tal é o sentido da negação dos objetos naturais: não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar. Caleidoscópio e não viveiro de plantas. (...) Como diria Deleuze, as árvores não existem: só existem rizomas” (Veyne, 1982, p. 172).

Na *História da loucura*, tratava-se, portanto, de perceber através de que práticas institucionais e aparelhos de conhecimento a loucura fora objetivada como doença, passando a fazer parte de determinado regime de verdade e falsidade, e se constituía como “objeto” para o pensamento, a ponto de se tornar “evidente” que a loucura é uma enfermidade. Em *Vigiar e punir*, perguntava-se como determinadas práticas discursivas e não-discursivas, técnicas de poder e regimes de verdade constituíram o objeto “prisão” como modo privilegiado de castigo e punição. Como fora possível, pergunta ele, em 20 anos, a passagem do suplício para a prisão como forma punitiva privilegiada?

Enfim, estávamos acostumados a trabalhar considerando que a unidade dos discursos está fundada na existência do objeto-realidade objetivo, que estaria pronto esperando por uma consciência para ser libertado. Nesse sentido, trata-se de traçar a história a partir das objetivações pelas quais determinadas coisas começam a ser tomadas como objeto para o pensamento e passam a fazer parte do objetivamente dado, como configurações naturais. O acontecimento, então, não está dado como fato, mas emerge num campo de forças, assumindo determinadas configurações. É preciso, pois, desnaturalizar o evento, explicará Veyne.

3. o privilegiamento do descontínuo

Foucault chama a atenção para as metáforas biológicas que organizam o discurso histórico, através das quais fazíamos velhas perguntas ao passado e dávamos explicações antigas, mais preocupados em construir linhas de continuidade entre os fatos, articulando-os à custa de aplainamentos forçados. Nem interpretar os fatos, nem estabelecer uma cadeia evolutiva entre eles, e muito menos atribuir todas essas nossas operações a uma necessidade interna dos fatos históricos.

“Em nossos dias”, explica ele na Arqueologia do saber, “a História é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava

reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que deverão ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (Foucault, 1986a, p. 8).

Isto provocou uma mudança do estatuto teórico da noção e *descontinuidade*. O que a história tradicional tratava de apagar e reduzir a fim de estabelecer as continuidades, isto é, “os obstáculos”, passa agora a ser um conceito operativo, fazendo parte da análise histórica. Diz ele,

“a descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel” (Foucault, 1986a, p. 10),

isto é, constitui uma operação deliberada do historiador; é o resultado de sua descrição; é o conceito que o trabalho não deixa de especificar. Portanto, o historiador deverá *constituir séries* e definir que tipos de relações será conveniente estabelecer entre elas,

“que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente séries, mas que ‘séries de séries’ - ou, em outros termos, que quadros - é possível constituir.” (Foucault, 1986a, p. 12)

Uma história geral, então, ao contrário de uma história total. A descrição das dispersões, ao invés da totalização fundada na consciência do sujeito.

“Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único - princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão.” (Foucault, 1986a, p. 12)

4. a história genealógica

A concepção de história que se encontra em Foucault coloca-se a partir de uma profunda crítica à concepção herdada do sujeito: crítica ao subjetivismo próprio da teoria clássica do conhecimento, em que o *Sujeito* é colocado como condição do saber; crítica à filosofia política, já que a política não é entendida em termos de “vontades individuais e soberania”; crítica à vinculação tradicional entre condutas dos sujeitos em suas vidas diárias e as grandes estruturas políticas e sociais.

Nesse sentido, Foucault proporá outras questões à história, operando com a idéia de *objetivação*, isto é, da constituição de domínios de objetos; e de *subjetivação*, isto é, dos modos através dos quais os indivíduos se produ-

zem e são produzidos numa determinada cultura, através de determinadas práticas e discursos, enquanto *subjetividades*. Afinal, é ele quem explica numa entrevista que sua questão central não era o poder, nem o saber, mas a produção do sujeito, sua sujeição e posteriormente as formas de subjetivação por ele encontradas. Para dar conta da constituição do sujeito enquanto objeto e enquanto sujeito na cultura ocidental, estuda o poder e as disciplinas, a produção da verdade e os saberes; as práticas de si e as formas de subjetivação.

Propondo-se a realizar uma “ontologia histórica de nós mesmos”, Foucault destituiu o sujeito do lugar privilegiado de fundamento constituinte, que ocupava na cultura ocidental, passando a problematizá-lo como objeto a ser constituído. Na 1ª conferência de *A verdade e as formas jurídicas*, ele afirmava:

“Faz dois ou três séculos que a filosofia ocidental postulava, implícita ou explicitamente, o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento, como aquele em que não apenas se revelava a liberdade, mas que podia fazer emergir a verdade. (...) Atualmente, quando se faz história - história das idéias, do conhecimento ou simplesmente história - atemo-nos a esse sujeito de conhecimento e da representação, como ponto de origem a partir do qual é possível o conhecimento e a verdade aparece. Seria interessante que tentássemos ver como se produz, através da história, a constituição de um sujeito que não está dado de antemão, que não é aquilo a partir do qual a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constituiu no interior mesmo desta e que, a cada instante, é fundado e refundado por ela. (...) Isto é, em minha opinião, o que deve ser levado a cabo: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais” (Foucault, 1986b, p. 16).

A história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder. Daí, uma nova concepção de poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber. Não mais o poder jurídico, em sua face visível e repressiva, mas o poder positivo, invisível, molecular, atuando em todos os pontos do social, constituindo redes de relações das quais ninguém escapa. Não mais um saber neutro, a ciência, que diria a verdade, mas um conjunto de enunciados que entram no jogo do verdadeiro e do falso.

A inquietação dos historiadores certamente aumentou diante de todas estas colocações, sobretudo aqueles que, filiados à tradição marxista, sentiram-se desalojados em sua missão central e nobre. A história genealógica se

diferencia das “história dos historiadores”, isto é, de uma forma de procedimento histórico atravessada pela referência hegeliana, que procurava recuperar o que os documentos diziam, como se um passado deles emanasse e pedisse para ser revelado. Abandonam-se, portanto, as idéias de *necessidade, finalidade e totalização*. A tarefa do historiador já não será encontrar a finalidade de todo processo histórico, sua necessidade objetiva inscrita em leis que organizariam a ordem natural do mundo, realizando uma operação de totalização, construindo uma história global. Como lembra Chartier, “História nova contra ‘história filosófica’, os *Annales* contra Hegel” (Chartier, 1990, p. 75). Trabalhar então os documentos enquanto *monumentos* significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual.

A nova história se propõe como tarefa fundamental não interpretar os documentos, extraíndo uma suposta veracidade intrínseca a eles, mas “trabalhá-los desde o interior, elaborá-los”, como será afirmado em *A arqueologia do saber*.

Para Roger Chartier, um dos nomes que se destacam na historiografia contemporânea, os estudos históricos se desenvolveram nas últimas décadas a tal ponto que de uma certa maneira incorporaram e ultrapassaram esta proposta foucaultiana, a exemplo da *microstoria* na Itália, do *antropological mode of history* dos americanos, e do *retorno do acontecimento* entre os franceses. Segundo ele, passou-se, nas discussões historiográficas francesas recentes, da concepção de que a tarefa do historiador era explicar o passado para a consideração dos *modos narrativos* através dos quais o fenômeno histórico ganha visibilidade. Em suas palavras:

“Daí uma mudança paralela da própria definição da explicação histórica, entendida como o processo de identificação e de reconhecimento dos modos e formas do discurso posto em prática pelo relato, e já não como explicação do acontecimento passado” (Chartier 1990, p. 84).

Já Hayden White, centrando-se na importância do estudo da interpretação sobre o da explicação, e refletindo sobre as tarefas do historiador no mundo contemporâneo, afirma:

“O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino” (White, 1994, p. 63).

A volta ao sujeito?

Por último gostaria de tecer alguns comentários sobre as últimas

ressonâncias do pensamento de Foucault na produção historiográfica brasileira. Depois de haver provocado acirradas disputas entre os ardentes defensores da “voz dos vencidos”, preocupados com o silenciamento da luta de classes nos trabalhos historiográficos, e os adeptos do filósofo, para quem os sujeitos são pontos de chegada e não pontos de partida, propõe-se um novo *acontecimento* teórico: *a emergência da questão da subjetivação e da ética* (cf. Foucault, 1984, 1985).

De uma certa maneira, Foucault respondia aos seus críticos para os quais havia dado demasiada ênfase aos modos da sujeição na constituição dos sujeitos, deixando, como os *Annales* anteriormente, os indivíduos aprisionados, sem possibilidade de ação e, fundamentalmente, de resistência e mudança. O filósofo voltava-se para o sujeito, apontando para as possibilidades de construção de novas formas de subjetivação, a exemplo das que haviam vigorado no mundo grego. A questão da autonomia individual era retomada por Foucault, após ter apresentado nos trabalhos anteriores as formas da sujeição, como ele mesmo explicou, através das práticas disciplinarizantes e das redes discursivas.

Alguns trabalhos foram produzidos a partir da abertura desta nova trilha, dos quais destaco três teses de doutoramento apresentadas nos anos 90: *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo* (1990); *Do trabalhador indisciplinado ao homem prescindível*, e *O engenho anti-moderno. A invenção do nordeste e outras artes* (cf. Rago, 1991; Caponi, 1992; Albuquerque, 1993).

Ao contrário dos estudos que buscavam privilegiadamente as relações de poder constitutivas da vida social no mundo urbano, recortando o tema da disciplinarização e higienização do mundo industrial, incorporou-se nestes estudos a noção de *subjetivação*, tentando encontrar as formas através das quais os próprios sujeitos participaram de sua construção enquanto sujeitos morais - prostitutas no primeiro caso, trabalhadores urbanos no segundo, nordestinos no terceiro - aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais.

No primeiro estudo, para além da constituição da própria noção de prostituição pelo discurso médico e jurídico e pelas práticas disciplinarizantes que instituíram o submundo nos limites da cidade, procurei pesquisar como as próprias prostitutas se constituíram enquanto sujeitos morais, incorporando, redefinindo, experimentando uma ou várias definições dos amores ilícitos. Menos uma história social da prostituição que procurasse dar conta do cotidiano das meretrizes em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, do que um estudo sobre a construção de nossa moderna referência sobre as “sexualidades insubmissas” e as práticas da comercialização sexual do corpo feminino.

O segundo estudo, produzido por Sandra Caponi, uma filósofa, sobre o pensamento de Michel Foucault, destina um capítulo ao que ela denomina de “Estéticas da resistência”. Tomando *A formação da classe operária inglesa*,

de E. P. Thompson e *A noite dos proletários*. *Arquivos do Sonho Operário*, de Jacques Rancière, como fontes primárias, a autora nos mostra, a partir das discussões foucaultianas sobre a “estetização da existência” e as “técnicas de si” no mundo grego, os espaços de autonomia abertos pelos trabalhadores ingleses nos inícios do século XIX. Preocupados em “embelezar essas vidas condenadas a existir na escuridão da fábrica”, reinventavam o cotidiano e procuravam “esculpirem-se a si mesmos como obras de arte”, educando-se, debatendo os textos que alguns liam para o restante do grupo nas noites de folga, ou nos fins de semana, elaborando uma outra cultura, definindo seus próprios códigos morais e suas formas de atuação política, questionando a nova ordem burguesa que então se constituía (cf. Caponi, 1992, p. 235).

Durval de Albuquerque, que já discutira a questão da invenção do NE em outro trabalho, aprofunda aqui sua análise trabalhando com a emergência da região Nordeste a partir de múltiplas práticas discursivas. Em sua leitura, os regionalistas tanto quanto os modernistas pretenderam instituir o lugar da história em oposição a uma outra região do país, outrora inexistente no mapa - o NE - designado como lugar da ausência da História. No imaginário que então se constitui, este mundo rural tradicional, quente e abafado, marcado por ritmos lentos e pesados, lugar das “vidas secas”, da sensualidade forte de mulheres como Gabriela, de movimentos sociais “pré-políticos” como o cangaço, centro da Casa Grande e Senzala, não teria condições mínimas de possibilidade da produção de cidadãos suficientemente racionais para merecerem espaço privilegiado na decisão ou condução dos rumos da Nação.

Finalmente, gostaria de destacar nesse mesmo campo de problematizações, a novidade teórica trazida pelo feminismo contemporâneo: *a categoria do gênero*, conceitualizada principalmente por uma historiadora que também vinha da história social, Joan Wallach Scott (1988). Através desta categoria, as intelectuais feministas têm procurado pensar a constituição dos sujeitos sexuais num movimento relacional e complexo, rompendo com uma lógica identitária que, incapaz de perceber e trabalhar as diferenças, aprisionava as mulheres num gueto conceitual. Deixa-se progressivamente de lado o “estudo das mulheres”, considerando-se que esta identidade não é biologicamente fundada, mas social e culturalmente construída, e que portanto deve ser pensada em relação ao gênero masculino, também ele social e culturalmente construído, assim como considerando-se as múltiplas relações que se estabelecem na vida social.

Os estudos do gênero vêm certamente ganhando um espaço de destaque nas universidades e nos núcleos de pesquisa, apontando para a necessidade da desconstrução de nossas referências paradigmáticas sobre a feminilidade e a masculinidade, num mundo que certamente aprendeu com Foucault que as essências e as identidades naturais são uma ficção e não uma realidade empírica e que, como cantou o poeta, “as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”.

Recebido para publicação em maio/1995

RAGO, Margareth. The effect-Foucault in Brazilian historiography. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, October 1995.

ABSTRACT: The article analyses the transformations in the concepts of what is history and, thus, in the forms of studying it after Foucault formulated his conceptual propositions. The change of the analysis' focus from facts and events to the epistemological bases of the discourse forms that conceived them will make it possible for the historian to comprehend the fields of power-relations in which power-games constitute themselves without detaining in a supposed documentary *truth*.

UNITERMS:
history,
documentary history,
new history,
descontinuity,
subjectivity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. (1993) *O engenho anti-moderno. A invenção do Nordeste e outras artes*. Campinas. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- ARIÈS, Philippe. (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BAUDRILLARD, Jean. (1984) *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- BURKE, Peter. (1993) *A escola dos Annales*. São Paulo, Editora da UNESP.
- CANGUILHEM, Georges. (1986) Sur l'histoire de la folie en tant qu'événement. *Le Debat*, nº 41, septembre-novembre.
- CAPONI, Sandra (1992) *Do trabalhador indisciplinado ao homem prescindível*. Campinas. Tese de doutoramento. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- CHARTIER, Roger. (1990) *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel.
- COSTA, Jurandir Freire. (1979) *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal.
- DECCA, Edgar de. (1981) *O silêncio dos vencidos*. 5ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- DOSSE, François. (1992) *A história em migalhas*. São Paulo, Ensaio/Ed. UNICAMP.
- FOUCAULT, Michel. (1977) *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (1978) *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1979) Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica*

- _____ . (1981) *do poder*. Organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ . (1981) *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ . (1984) *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ . (1985) *Os cuidados de si*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ . (1986a) *A arqueologia do saber*. 12ª edição. São Paulo, Forense Universitária.
- _____ . (1986b) *La verdad y las formas jurídicas*. México, Gedisa.
- HABERMAS, Jürgen. (1986) La Critique de la Raison. *Le Débat*. Paris, nº 41, septembre-novembre.
- LE GOFF, Jacques. (1990) *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- MACHADO, Roberto *et alii*. (1978) *Danação da norma*. Rio de Janeiro, Graal.
- MARX, Karl (1976) O método da economia política. In: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ . (1974) *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Abril Cultural.
- _____ . (1977) Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, Grijalbo, nº 2.
- O'BRIEN, Patrícia. (1992) A história cultural de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- PERROT, Michelle (org.). (1978) *L'impossible prison*. Paris, Éditions du Seuil.
- RAGO, Margareth. (1993) As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Resgate*, Campinas, nº 5, Centro de Memória da UNICAMP.
- _____ . (1991) *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SCOTT, Joan W. (1988) *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.
- THOMPSON, E. P. (1987) *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TRONCA, Ítalo. (1986) *Foucault vivo*. Campinas, Editora Pontes.
- VEYNE, Paul. (1982) *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília, Editora da UnB.
- WHITE, Hayden. (1994) *Trópicos do discurso*. São Paulo, EDUSP.